

MOACYR SCLiar

SOCIOLOGIA

O gaúcho que viu o Brasil

Obra do advogado Raymundo Faoro, o clássico “Os Donos do Poder” ganha nova edição 50 anos depois e ainda oferece pistas para entender o país

Quem são os grandes intérpretes do Brasil? A resposta clássica inclui Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil Contemporâneo*). Mas a esta lista devemos, obrigatoriamente, acrescentar mais um nome, o do gaúcho Raymundo Faoro (1925-2003). E uma boa oportunidade para isso é o cinquentenário da obra que o consagrou, *Os Donos do Poder*, cuja primeira edição foi lançada pela Editora Globo, de Porto Alegre, em 1958.

Nascido em Vacaria, de uma família de agricultores, Faoro formou-se em Direito pela Universidade do Rio Grande do Sul. Era um ativo participante da vida cultural de nosso Estado; colaborou na imprensa e foi um dos fundadores da revista *Quixote*, porta-voz do grupo de poetas e escritores, que, nos anos 50, foi o equivalente gaúcho dos modernistas de São Paulo. Como muitos de sua geração, Faoro transferiu-se, em 1951, para o Rio de Janeiro, então capital federal, onde advogou e tornou-se procurador de Justiça. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de 1977 a 1979; em plena repressão, lutou pelo fim dos atos institucionais e pela abertura democrática. Sua casa, no bairro de Laranjeiras, tornou-se ponto de encontro dos políticos de oposição, como Tancredo Neves e Lula, que lhe propôs entrar na disputa presidencial de 1989 como candidato a vice-presidente. Em novembro de 2000 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, sucedendo o lendário jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

Os Donos do Poder é uma obra surpreendentemente precoce. Foi escrita (à mão, segundo consta) em 1954, o autor estando, portan-

to, ainda na casa dos 20 anos. Mas na Editora Globo, que então lançava grandes nomes da literatura nacional e estrangeira, seus méritos foram reconhecidos graças, diz-se, a Erico Verissimo, que fazia com José Bertaso a dupla famosa da editoração brasileira. E o livro é mesmo original, ao colocar a pergunta que há séculos atormenta nossa gente: quem são os donos do poder no Brasil?

Para responder a esta questão, Faoro introduziu uma expressão que tornou-se marca registrada: o estamento burocrático, aquele impreciso grupo que, apossando-se dos cargos governamentais, adquire poder e riqueza. Trata-se de uma herança portuguesa; na tradição lusa, é o Estado que conduz os grandes empreendimentos comerciais (os descobrimentos marítimos, o comércio de especiarias, o tráfico de escravos), impedindo o desenvolvimento de uma burguesia autônoma que, nos países europeus e nos Estados Unidos, viria a se tornar a grande potência econômica, usando, inclusive, o Estado para atingir os seus objetivos. No

Brasil, ao contrário, a riqueza é gerada, e controlada, desde o Estado.

Estas idéias contrariavam frontalmente o pensamento de esquerda (leia-se: o pensamento comunista) da época. Para Marx e Engels, a história seguia um rumo pré-determinado, em que o regime escravagista daria lugar ao feudalismo, e depois ao capitalismo e depois (e graças à revolução conduzida pelo proletariado) ao socialismo. Faoro não endossa estas idéias e o diz explicitamente, na página 262 da primeira edição de seu livro: “Do ponto de vista da doutrina que estuda a história como expressão da infra-estrutura econômica [isto é, a concepção marxista] a tese deste ensaio poderá parecer artificial. É que o simplismo esquemático do materialismo dialético não reconhecerá muitas nuances do estado patrimonial brasileiro (...) Dentro dessa ordem de idéias, seria impossível reconhecer a existência do Estado como realidade em si, sobranceira à nação.” Este Estado patrimonialista impediria o desenvolvimento da iniciativa privada

de cunho capitalista, ainda que constituísse empresas estatais, como foi o caso de Volta Redonda.

O mentor espiritual de Faoro não era Marx, mas sim o alemão Max Weber (de quem, contudo, divergia em alguns aspectos). Marx privilegiava sobretudo a economia; em Weber, os fatores culturais adquirem importância maior. Como se pode imaginar, Weber era desprezado pela intelectualidade comunista, e da mesma forma, no Brasil, Raymundo Faoro. Mas o tempo trabalhava a favor do jovem ensaísta.

Em 1956, no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Krushev havia denunciado os crimes da era stalinista: o Muro de Berlim começava a cair. Quando o marxismo convencional começou a ser questionado no Brasil, nos anos setenta, *Os Donos do Poder* tornou-se referência obrigatória. O livro teve uma segunda edição, muito aumentada – agora era publicado em dois volumes. Curiosamente, não são poucos aqueles que preferem a primeira edição, mais compacta, mais fluente. É uma leitura agradável, sem maciças notas de pé de página, de alguém que tinha vocação de jornalista e ensaísta.

Para finalizar, mais uma coincidência: dois foram os gaúchos que publicaram ensaios originais sobre o Brasil: Raymundo Faoro e o Vianna Moog de *Bandeirantes e Pioneiros*. Ambos eram do interior, ambos foram para o Rio de Janeiro, ambos se tornaram membros da ABL. Vianna Moog aprofunda uma das vertentes de Faoro, comparando a evolução dos Estados Unidos, país capitalista típico (e onde ele morou por algum tempo) com a do Brasil, cujo destino havia sido condicionado pelo bandeirante predador e não pelo pioneiro puritano, trabalhador, dedicado à família. Os 50 anos de *Os Donos do Poder*, que agora está sendo reeditado pela Globo (do Rio), ensejam, portanto, boas reflexões. E boas lembranças.



Raymundo Faoro, que morreu em 2003, enfrentou a ditadura, ajudou a democratizar o país e deixou um livro capaz de interpretar o Brasil mesmo no começo do século 21

BANCO DE DADOS - 5/08/1954

Um clássico brasileiro escrito a mão

Agência Folha

RAFAEL CARIELLO

Do esforço e da erudição individual de um obscuro advogado gaúcho, uma espécie de “self-made man” da análise sociológica, nasceu, há 50 anos, uma das mais importantes interpretações sobre o Brasil. Leitura que dizia, justamente, que o Estado patrimonialista sufocava aventuras ou empreendimentos independentes, impedindo o surgimento de ideário e

práticas modernas, liberais, no país.

Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro, de Raymundo Faoro (1925-2003), escrito à mão em 1954, só veio a ser editado em 1958, pela então gaúcha editora Globo. Ganha agora uma nova edição (Globo, 936 páginas, R\$ 94) com comentário crítico do professor de ciência política da USP Gabriel Cohn.

E quem são esses celebrizados “donos do poder”? São representantes de um Estado que confunde coisa pública e privada, um “estamento” burocrático que não tira seu poder da

representação de grupos ou interesses econômicos e sociais independentes da máquina estatal, mas, ao contrário, que constitui riquezas privadas e fortalece grupos a partir das posições que ocupam no Estado.

Para o autor gaúcho, o Brasil herdou de Portugal uma organização política pré-moderna, em que o Estado capitaneia os grandes empreendimentos comerciais, sufocando a existência de uma burguesia autônoma, limitando e canalizando todos os impulsos da sociedade.

Como fica o patrimonialismo hoje no Brasil?

Para o advogado e ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr., o argumento permanece atual. “O poder ainda emana daquele que tem a caneta”, ele diz. “Segundo Faoro, o poder não estava no dinheiro, no empresariado, no poder social, mas na capacidade de nomear pessoas, alocar conhecidos e distribuir benesses. Isso continua valendo.” Já Gabriel Cohn defende que a conclusão principal do livro continua válida apenas se considerarmos que essa forma geral do Estado patrimonialista é extremamente “plástica”, adaptando-se sempre a novas realidades.